

## ASPECTOS GERAIS

- = **remédio** voluntário e idôneo apto a ensejar (no mesmo processo) **reforma, invalidação, integração ou esclarecimento da decisão** judicial impugnada
- o autor pode **desistir** "a qualquer tempo" (literalidade)
- a **desistência** do recurso **não** impede a **análise da repercussão geral** reconhecida em recursos extraordinários ou especiais repetitivos
- a aceitação (expressa ou tácita) da decisão pelas partes impede o direito de recorrer

## PRESSUPOSTOS RECURSAIS

- requisitos **formais** dos recursos (anterior à de mérito)

## REQUISITOS INTRÍNSECOS

- cabimento** → o ato impugnado deve ser suscetível ao ataque
- adequação** → o recurso é adequado ao tipo de decisão aplica-se o princípio da **fungibilidade recursal**: admite-se o recebimento de um recurso em lugar do outro, desde que:
  - haja dúvida objetiva sobre qual utilizar
  - não haja erro grosseiro
  - seja observado o prazo do recurso cabível
- legitimidade**
  - parte vencida
  - terceiro prejudicado
  - MP (como parte ou fiscal da lei)
  - amicus curiae*, no caso de embargos de declaração ou recurso contra IRDR.
- interesse**
  - necessidade, adequação e utilidade jurídica
- inexistência de fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer**

## REQUISITOS EXTRÍNSECOS

- tempestividade recursal** → interposição no prazo
- regularidade formal**
  - pagamento das custas processuais do

## ESPÉCIES

- apelação
  - agravo interno
  - recurso ordinário
  - agravo em recurso especial ou extraordinário
  - embargos de divergência.
  - agravo de instrumento
  - embargos de declaração
  - recurso especial
- existem outras espécies de recursos (ex.: embargos infringentes, recurso nominado dos juizados especiais), mas não no CPC

## EFEITOS

- devolutivo** → = devolução da matéria para **reexame** (comum a **todos** os recursos)
- suspensivo** → a sentença não produzirá efeitos enquanto se julga o recurso em caso de risco de grave dano e demonstração de probabilidade de provimento do recurso.
- translativo** possibilidade de que certas matérias (mesmo não alegadas no recurso) possam ser reconhecidas de ofício
- expansivo** possibilidade de a decisão do recurso seja mais abrangente que seu mérito (matéria impugnada)
- obstativo** o recurso impede o trânsito em julgado da decisão impugnada
- substitutivo** o acórdão do julgamento do recurso substituirá os efeitos da decisão anterior

## RECURSO ADESIVO → exceção à independência do recurso

- podem ser interpostos de forma adesiva os **recursos de apelação, recurso extraordinário e recurso especial**
- deve ser **dirigido ao mesmo órgão** ao qual o recurso independente foi interposto (no prazo que a parte tem para responder)
- não será conhecido se houver **desistência** do recurso principal ou se ele for considerado **inadmissível**.

recursos

## ASPECTOS GERAIS

= o **recurso** que se interpõe das sentenças dos juízes de primeiro grau para **levar a causa ao reexame** dos tribunais de segundo grau, visando obter uma **reforma total ou parcial da decisão** impugnada, ou mesmo sua **invalidação**.

## CABIMENTO

- cabe apelação de **sentenças** { terminativas  
definitivas } e de **decisão interlocutória** contra a qual **não** caiba **agravo de instrumento**.
- não** cabe apelação de sentenças:
  - no **Juizado Especial Cível** → cabe recurso inominado
  - proferidas em **execução fiscal** (até 50OTNs) → cabem embargos infringentes
  - proferidas em **processos** em que forem partes **Estados estrangeiros e município** ou **pessoa domiciliada no Brasil** → cabe recurso ordinário

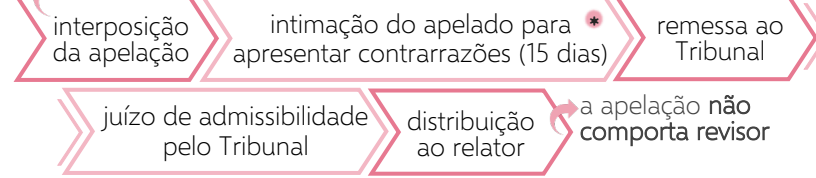
## JUÍZO DE RETRATAÇÃO

- cabe** juízo de retratação no caso de sentenças:
  - de **indeferimento da petição inicial**
  - de **improcedência liminar** do pedido
  - terminativas** (extinção do processo sem resolução de mérito)
- nas **demais situações, não cabe** juízo de retratação na apelação.

## PROCEDIMENTO

- apelação de sentenças:

- prazo = 15 dias
- perante o juiz que proferiu a decisão



o **relator** poderá:

- elaborar seu voto para ser **julgado pelo órgão colegiado**
- decidir o processo **monocraticamente**: (cabe agravo interno)
  - se **não admitir o recurso** por ausência dos pressupostos de admissibilidade, por estar prejudicado ou não tiver impugnado especificamente os fundamentos da decisão
  - se **negar provimento** a recurso contrário a:
    - súmula do STF, do STJ ou do próprio tribunal que faça parte o relator;
    - ao acórdão proferido pelo STF ou pelo STJ em julgamento de recursos repetitivos;
    - ao entendimento firmado em IRDR ou de assunção de competência;
  - dar provimento ao recurso se a **decisão recorrida for contrária** aos pontos acima (depois de facultada a apresentação de contrarrazões).

### \* RECURSO DE APELAÇÃO ADESIVO

o réu pode recorrer adesivamente à apelação apresentada pelo autor, que será intimado para contra-arrazoá-lo.

## EFEITO SUSPENSIVO

- em regra, a apelação tem efeito suspensivo.
- exceções:
  - homologação de divisão/demarcação de terras
  - condenação em alimentos
  - extinção de processo sem resolução de mérito
  - improcedência dos embargos
  - procedência de pedido de instituição de arbitragem
  - confirmação/concessão/revogação de tutela provisória
  - decreto de interdição

*apelação*  
**APELAÇÃO**

# AGRAVOS NO CPC

= AGRAVO DE INSTRUMENTO =

## ASPECTOS GERAIS

- = recurso usado **contra decisões interlocutórias** proferidas no curso do processo.

## CABIMENTO

- cabe agravo de instrumento contra decisões interlocutórias que **versem sobre:**  **DECORE!**

- tutelas provisórias
- mérito do processo
- rejeição da alegação de convenção de arbitragem
- incidente de desconconsideração de PJ
- rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação
- exibição ou posse de documento ou coisa
- exclusão de litisconsorte
- rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio
- admissão/inadmissão de intervenção de terceiros
- concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução;
- redistribuição do ônus da prova (segundo art.373,§ 1º)
- outros casos expressamente referidos em lei.**

o rol do Art. 1.015 do CPC é considerado **taxativo**, mas ele mesmo admite "outros casos" previstos no próprio CPC ou na Legislação extravagante.

## PROCEDIMENTO

### PEÇAS OBRIGATÓRIAS

→ a parte pode acostar outros que entender úteis



- petição inicial
- petição que ensejou a decisão agravada
- decisão agravada
- certidão de intimação das partes da decisão agravada (ou outro documento que comprove a tempestividade)
- procurações outorgadas aos advogados das partes

**primazia do mérito:** não há mais a preclusão consumativa pela não juntada de algum dos documentos obrigatórios (o recorrente tem 5 dias para sanar o vício ou complementar a documentação)

### INFORMAÇÃO DO JUÍZO DE ORIGEM

- o juízo de origem da interposição do agravo **deve ser informado**, mas a **inadmissibilidade** do recurso por falta de de comunicação **depende de provocação** da parte agravada

### RELATOR

no prazo de 5 dias

- recebido o agravo de instrumento no Tribunal e distribuído imediatamente, o **relator**:
  - poderá atribuir **efeito suspensivo** ao recurso ou **deferir, em antecipação de tutela**, a pretensão recursal
  - ordenará a **intimação do agravado** para que responda no prazo de **15 dias** (facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária)
    - ↪ pessoalmente, por carta com aviso de recebimento, quando não tiver procurador constituído, ou pelo Diário da Justiça ou por carta com aviso de recebimento dirigida ao seu advogado
  - determinará a **intimação do MP** (preferencialmente por meio eletrônico) quando for o caso de sua intervenção, para que se manifeste no prazo de **15 dias**.

# AGRAVOS NO CPC

## AGRAVO INTERNO

- = recurso usado **contra decisões interlocutórias do relator** de processos no Tribunal
- visa **deslocar** a decisão **para o colegiado** do Tribunal
- deve impugnar de forma **específica** a decisão
- é dirigido ao próprio **relator** → intimará o agravado a se manifestar em até 15 dias
- o relator **pode retratar** a decisão **ou incluir os autos** em pauta **para julgamento**

### IMPORTANTE!

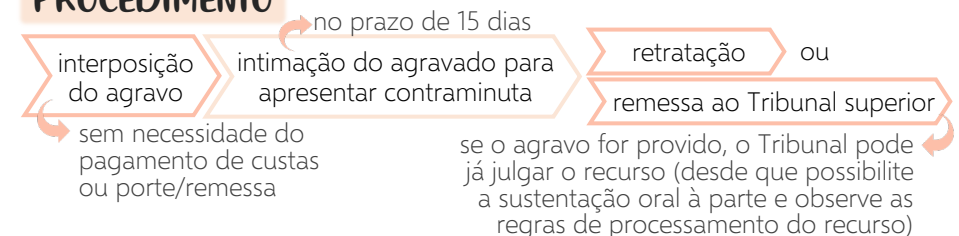
é **vedado** ao relator limitar-se à reprodução dos fundamentos da decisão agravada para julgar improcedente o agravo interno.

- multa** por interposição de agravo interno considerado **manifestamente inadmissível** por **decisão unânime do colegiado**:
  - em valor de **1 a 5%** do valor atualizado da causa
  - reverte-se** em favor da **parte agravada**
  - seu pagamento é indispensável para a interposição de outros recursos

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO

- cabível contra **decisão do presidente ou vice-presidente do Tribunal de segunda instância** que **não admitir RESP ou REXT**
  - a **não ser** que a **decisão** esteja fundada em entendimento firmado em regime de **repercussão geral** ou julgamento de **recursos repetitivos**
- é possível **recurso conjunto** (quando a parte ajuíza RESP e REXT contra a mesma decisão)
  - mas primeiro, enviam-se os autos ao STJ.
- será proposto perante o presidente ou vice, que fará a **análise de admissibilidade**
  - caso seja negado, cabe agravo para deslocar a análise para o STJ ou STF
- prazo para o agravo = **15 dias**

### PROCEDIMENTO

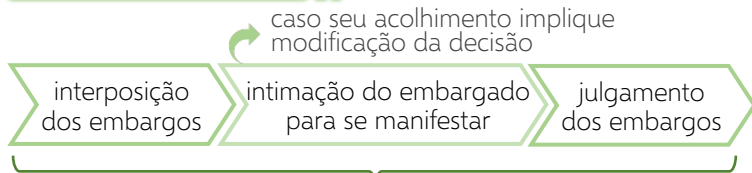


# EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

## CABIMENTO

- cabem embargos de declaração contra **qualquer decisão** visando a:
  - **esclarecer obscuridade** → falta clareza na decisão, o que compromete sua compreensão
  - **eliminar contradição** → há proposições/enunciados incompatíveis na decisão
  - **suprir omissão** → o juiz não se pronunciou sobre um ou mais pontos/fundamentos levantados
  - **corrigir erro material** → ex.: erros de cálculo, inexactidões materiais...

## PROCEDIMENTO



para cada uma dessas etapas, o prazo é de **5 dias**  **DECORE!**

## JULGAMENTO

- a forma de análise/julgamento depende da decisão:
  - **se decisão colegiada:**
    - o relator deve apresentar o recurso em mesa na sessão subsequente (já com seu voto)
    - se não julgado, será incluído em pauta
  - **se decisão monocrática:**
    - a decisão dos embargos será dada por quem monocraticamente proferiu a decisão embargada

## PREQUESTIONAMENTO

- a interposição dos embargos de declaração é **suficiente para prequestionar** a matéria (independentemente de rejeição dos embargos pelo tribunal de segundo grau)
  - **não** será necessário novo prequestionamento no caso de interposição de REXT ou RESP

## EMBARGOS INFRINGENTES

→ com efeitos modificativos

- ao efetuar o esclarecimento, complementação ou correção de erro material em sede de embargos de declaração, pode ser que decorra alguma alteração, **hipótese excepcional** em que os embargos **terão efeitos infringentes**.
- cabíveis quando a decisão for teratológica, tiver erro evidente → os embargos **visam corrigir** esses vícios
  - se o magistrado entender que o provimento do recurso pode alterar o conteúdo da decisão, deverá intimar o embargado para complementar o recurso em 5 dias e a parte contrária para o exercício do contraditório.

## EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTETATÓRIOS

- se visam a **somente protelar** a decisão final, cabe:
  - **1º embargos protetatórios:** multa não excedente a **2%** do valor atualizado da causa
  - **2º embargos protetatórios:** multa não excedente a **10%** do valor atualizado da causa
- se **condenado duas vezes**, a parte não poderá mais opor embargos no mesmo processo

## ASPECTOS GERAIS

= é como uma "apelação de segundo grau"

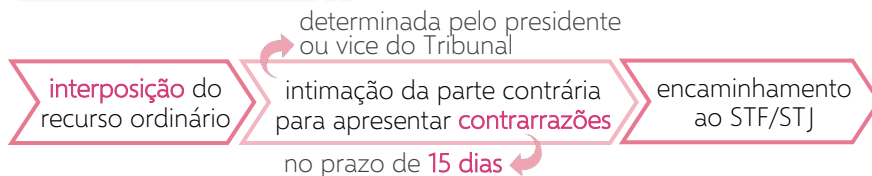
- deve ser interposto no prazo de **15 dias** (da intimação do acórdão recorrido)
- visa a garantir a efetividade do **duplo grau de jurisdição**
- **STJ e o STF** fazem a reanálise constitucional obrigatória dos casos decididos originariamente em Tribunais
- **não há fundamentação vinculada**: as partes podem alegar **qualquer matéria** (não há prequestionamentos)
- o **efeito devolutivo** é amplo: as partes podem atacar:
  - matéria constitucional
  - legislação federal
  - direito local

# RECURSO ORDINÁRIO

## RECURSO ORDINÁRIO AO STF

- para julgar:
    - *habeas corpus*
    - mandado de segurança
    - *habeas data*
    - mandado de injunção
    - o crime político
- decididos em **única instância** pelos **Tribunais Superiores**, se **denegatória** a decisão
- envolve atos ou omissões que prejudicam os **interesses** do Estado, do governo ou do sistema político

## PROCEDIMENTO



**ATENÇÃO!** não há juízo de admissibilidade

## RECURSO ORDINÁRIO AO STJ

- para julgar:
    - *habeas corpus*
    - mandados de segurança
  - causas em que forem partes **Estado estrangeiro ou organismo internacional**, de um lado, e, do outro, **Município ou pessoa residente ou domiciliada no País**
- decididos em **única ou última instância** pelos **TRFs ou pelos tribunais dos Estados, do DF e Territórios**, quando a decisão for **denegatória**



# RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO



## RECURSO EXTRAORDINÁRIO

### CABIMENTO

- cabe REXT **quando a decisão:**
  - **contrariar** algum dispositivo da **CF**.
  - declarar a **inconstitucionalidade** de **tratado ou lei federal**.
  - julgar **válida lei ou ato de governo local** contestado em face da **CF**
  - julgar **válida lei local** contestada em face de **lei federal**.

## RECURSO ESPECIAL

### CABIMENTO

- cabe RESP **quando a decisão:**
  - **contrariar** tratado ou lei federal ou negar a vigência a essa lei ou tratado
  - julgar válido **ato de governo local** contestado em face de **lei federal**.
- cabe RESP para fins de **uniformização de jurisprudência** quanto à interpretação da legislação federal.

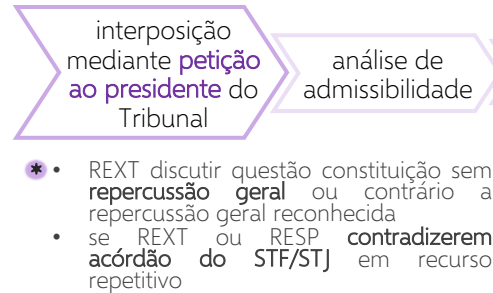


**IMPORTANTE!**

considera-se dotado de **repercussão geral** sempre que o recurso impugnar acórdão que:

- contrariar **súmula do STF**
- tenha reconhecido a **inconstitucionalidade de tratado ou lei federal**

## PROCEDIMENTO



### possibilidades:

- negativa de seguimento \*
- encaminhamento dos autos ao colegiado para juízo de retratação
- sobrestamento do processo (caso haja IRDR da matéria em trâmite)
- seleção do recurso para envio ao STF/STJ como processo paradigma de RESP ou REXT repetitivos
- envio ao STF/STJ

## OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- quando basearem-se em **dissídio jurisprudencial**, a parte deve **provar a existência do julgado** (certidão, cópia, citação de repositório jurisprudencial, mídia eletrônica ou reprodução do julgado disponível na internet)
- se os **requisitos** (intrínsecos/extrínsecos) não forem observados ou não puderem ser corrigidos, o recurso **não será admitido**.
- em seu curso, **pode haver Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**
- em regra, eles têm apenas **efeito devolutivo** (mas a parte pode solicitar efeito suspensivo)
- é possível **interpor conjuntamente REXT e RESP**
  - o REXT só será julgado **após** o RESP
  - concluído o julgamento do RESP, se não estiver prejudicado o REXT, os autos serão enviados ao STF
  - o relator no STJ pode entender que a análise da matéria constitucional prejudica a violação à legislação federal: ele pode determinar o envio do processo ao STF.  
 (no STF, o relator pode acolher a prejudicialidade e processar o REXT ou, negá-la, e determinar o retorno para o processamento do RESP no STJ)

# RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO

## = EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA =

### ASPECTOS GERAIS

- = recurso que visa a **uniformizar a jurisprudência** dos tribunais superiores (meio apropriado para formação de precedentes)
- podem ser interpostos no **âmbito do STF ou do STJ**
  - pela parte prejudicada na decisão
- são decididos pelo **pleno do STF ou do STJ**

### CABIMENTO

- cabe contra **acórdão de órgão fracionário** que, em RESP ou REXT, **divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal**:
  - sendo **os acórdãos, embargado e paradigma, de mérito**
  - sendo **um acórdão de mérito e outro que não tenha conhecido do recurso**, embora tenha apreciado a controvérsia

### DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA

- certidão, } de repositório oficial ou credenciado de
- cópia ou } jurisprudência, inclusive em mídia eletrônica,
- citação } onde foi publicado o acórdão divergente
- reprodução de julgado disponível na internet, indicando a respectiva fonte

**mencionando as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados.**

### OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- a divergência pode se dar tanto em direito **material** como **processual**
- podem ser confrontadas teses jurídicas contidas em **julgamentos de recursos e de ações** de competência originária
- cabem** embargos de divergência quando o acórdão paradigma for da **mesma turma** que proferiu a decisão embargada, **desde que sua composição** tenha sofrido **alteração em mais da metade** de seus membros **PEGADINHA!**
- a **interposição** de embargos de divergência no **STJ interrompe o prazo** para interposição de REXT por qualquer das partes **ATENÇÃO!**